

O ensino de língua espanhola no processo de formação do aluno da educação básica

Tânia Lazier Gabardo – UTP

Muito se tem discutido sobre os objetivos da Educação Básica e do papel da disciplina de língua estrangeira no currículo do ensino regular. Se objetivo da Educação Básica, como está nas disposições da LDB para a Educação Básica é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (LDB,1996, art. 22), é preciso que o ensino-aprendizagem de língua estrangeira contribua para esse fim.

No Brasil, atualmente, apesar da orientação dos órgãos oficiais, Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED-PR e Ministério da Educação – MEC, que privilegiam a diversidade de línguas, inclusive há a lei 11.161 que torna obrigatória a oferta de língua espanhola no Ensino Médio, há uma dicotomia no que se refere ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras. Primeiro porque, na grande maioria das instituições de ensino regular, a língua ofertada é apenas a língua inglesa. Além disso, todos os documentos oficiais orientam que se vise à formação geral do aluno, apesar disso, o que acontece na realidade, é uma prática monótona e repetitiva de regras gramaticais desvinculada da realidade, o que coloca a disciplina de língua estrangeira numa posição irrelevante e inútil na formação dos estudantes.

De acordo com as orientações de documentos oficiais, tanto de textos veiculados pelo MEC como pela SEED-PR, a construção do conhecimento é um processo sócio-histórico e apenas um processo educativo centrado no sujeito, abrangendo todas as dimensões da vida, possibilitará um desenvolvimento pleno das potencialidades do educando. Sendo assim, é preciso que se reflita e se pense em estratégias de ensino de língua espanhola que contribuam para esse processo.

O primeiro documento que fundamenta este estudo é o texto “Orientações Curriculares para o Ensino Médio”, publicado pelo MEC em 2006. Dentro desse texto, vamos nos ater a dois de seus capítulos: Conhecimentos de Línguas Estrangeiras e Conhecimentos de Espanhol. Ambos os textos sugerem uma

discussão sobre função educacional do ensino de línguas estrangeiras no Ensino Médio

“...a proposta educativa e os objetivos do ensino de Línguas Estrangeiras no espaço da escola regular, no qual o ensino da língua estrangeira, reiteramos, não pode nem ser nem ter um fim em si mesmo, mas precisa interagir com outras disciplinas, encontrar interdependências, convergências, de modo a que se restabeleçam as ligações de nossa realidade complexa que os olhares simplificadores tentaram desfazer; precisa, enfim, ocupar um papel diferenciado na construção coletiva do conhecimento e na formação do cidadão.” (SEB, 2006, p. 131)

“enfim, as idéias arroladas apontam para a recuperação do papel crucial que o conhecimento de uma língua estrangeira, de um modo geral e do Espanhol em particular, pode ter nesse nível de ensino: levar o estudante a ver-se e constituir-se como sujeito a partir do contato e da exposição ao outro, à diferença, ao reconhecimento da diversidade.” (MEC, 2006, p.133)

O texto “Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para os Anos Finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio”, publicado pela SEED-PR, em 2008, também ressalta o objetivo educativo do ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras:

“ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos e formar subjetividades, é permitir que se reconheçam no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido” (SEED-PR, 2008, p.55).

Com base nesses três textos, pretendemos realizar algumas reflexões.

A primeira delas, o propósito de se ensinar língua estrangeira como disciplina da Educação Básica, parece-nos pertinente, pois ao acompanhar graduandos em seus estágios nas instituições de ensino regular de Curitiba, percebemos que tanto alunos como professores ainda não tem clareza sobre o objetivo do ensino dessa disciplina. Ao ler os textos oficiais, percebemos que seus autores compartilham conosco essa opinião, pois esse é um ponto recorrente nos três textos.

Para reforçar que os objetivos do ensino de línguas nas instituições de Educação Básica têm um caráter educativo, estabelecer a diferença entre os objetivos do ensino de língua estrangeira em um curso livre idiomas e o ensino de língua estrangeira como disciplina curricular é fundamental. Ao analisarmos o texto do MEC, Conhecimentos de Línguas Estrangeiras, compartilhamos com os autores a necessidade de se discutir essa questão, que a princípio parece ser bastante óbvia, mas que, na realidade não o é. Os cursos livres para o ensino de línguas estrangeiras têm objetivos bastante diferenciados dos objetivos do ensino em

instituições de ensino de Educação Básica. Os objetivos de ensino dos cursos livres são os mais variados e dependem, fundamentalmente, dos objetivos de seus alunos: para fazer um concurso, para viajar a passeio, para promoção no trabalho, para melhorar a fluência, para participar de cursos no exterior, etc. Enquanto que a língua estrangeira como componente curricular da Educação Básica deve ter como objetivo a formação global do aluno e isso deve estar bastante claro. De acordo com o texto:

“Verifica-se que, em muitos casos, há falta de clareza sobre o fato de que os objetivos do ensino de idiomas em escola regular são diferentes dos objetivos dos curso de idiomas. (...) Esse foco retrata uma concepção de educação que concentra mais esforços na disciplina/conteúdo que propõe ensinar (no caso, um idioma, como se esse pudesse ser aprendido isoladamente de seus valores sociais, culturais, políticos e ideológicos) do que nos aprendizes e na formação desses. A concentração em tais objetivos pode gerar indefinições (e comparações) sobre o que caracteriza o aprendizado dessa disciplina no currículo escolar e sobre a justificativa desse no referido contexto” (MEC, 2006, p.90)

No texto Conhecimentos de Espanhol, também do MEC, essa preocupação em diferenciar os âmbitos de ensino de línguas e seus respectivos objetivos também aparece:

“Em primeiro lugar, é preciso que fiquem bem claras as diferenças que deve haver entre o papel da língua estrangeira e a forma de abordá-la no âmbito da educação regular e no âmbito do ensino livre. Trata-se de experiências de natureza diferente, que não podem ser confundidas nem mesmo quando o ensino das línguas na escola é terceirizado. (..) o ensino de línguas, reiteramos, não pode nem ser nem ter um fim em si mesmo, mas precisa interagir com outras disciplinas, encontrar interdependências, convergências, de modo a que se restabeleçam as ligações de nossa realidade complexa que os olhares simplificadores tentaram desfazer; precisa, enfim, ocupar um papel diferenciado na construção coletiva do conhecimento e na formação do cidadão..(..)..é fundamental trabalhar as linguagens não apenas como formas de expressão e comunicação, mas como constituintes de significados, conhecimentos e valores.”(MEC, 2006, p.131)

As DCEs da SEED também fazem questão de estabelecer essa diferença:

“Busca-se, também, superar a idéia de que o objetivo de ensinar Língua Estrangeira na escola é apenas o lingüístico ou, ainda, que o modelo de ensino dos Institutos de Idiomas seja parâmetro para definir seus objetivos de ensino na Educação Básica. Tal aproximação seria um equívoco, considerando que o ensino de Língua Estrangeira nas escolas de língua não tem, necessariamente, as mesmas preocupações educacionais da escola pública”(SEED, 2008)

Compreender que o objetivo do ensino de Língua Estrangeira em um instituto de idiomas e de seu ensino como disciplina curricular não são os mesmos é fundamental. Se os institutos de idiomas, muitas vezes têm apenas um objetivo lingüístico e comunicativo, nas instituições de ensino de Educação Básica esse

ensino precisa ser entendido sob o ponto de vista da educação e da formação de cidadãos e, portanto, deve ir além do lingüístico e do comunicativo.

Para que se atinja esse objetivo no âmbito escolar é necessário que se reflita sobre os conceitos de língua e de cultura que estão dando suporte às práticas de sala de aula. Não se pode mais entender a língua apenas como um código a ser decifrado e seu ensino como centralizado na gramática tradicional.

Nos três textos analisados, encontramos a mesma preocupação em definir a língua como uma prática social, dinâmica e dependente do contexto histórico. É preciso entender a língua como resultado de uma prática social, altamente dependente do contexto de interação verbal em que foi engendrada, entender que, de acordo com Bakhtin (1988), toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes, a voz do eu e do outro, não há discurso individual, no sentido em que todo discurso se constrói no processo de interação e em função do outro.

Em uma situação de ensino-aprendizagem de língua estrangeira, quanto mais o aluno souber da outra cultura, melhor ele poderá compreender os enunciados do outro, pois quando a língua é usada em contextos de comunicação, está ligada à cultura de diversos modos e de formas complexas, de tal maneira que é impossível separar uma da outra.

Definir cultura não é algo fácil, muitos são os conceitos, mas optamos por adotar o conceito sociológico de cultura: “normas y valores compartidos por los miembros de un grupo social”, (Godoy, 2001, p.325). Esse conceito inclui tradições, crenças e instituições. Pode se dizer que a cultura é transmitida através dos conhecimentos adquiridos e transmitidos por uma determinada comunidade cultural. Sendo assim, para compreender uma língua, é preciso que o aluno se familiarize com os valores e as normas que constituem o significado do discurso, não bastando a decodificação da estrutura lingüística.

É preciso levar o aluno a transpor as barreiras da própria cultura e ver o outro (pertencente a uma cultura diferente) de forma equivalente, reconhecendo sua cultura como diferente, mas não como inferior ou superior a sua. É preciso lembrar que é fundamental que se trabalhe com a noção de interdisciplinariedade, de maneira que os estereótipos e preconceitos sejam superados.

Essa abordagem é fundamental pois, ao longo do tempo, os avanços tecnológicos, de transporte e de comunicação, possibilitaram a integração de comunidades e organizações, tornando o mundo interconectado, criando novas

perspectivas para todos e fazendo com que a interculturalidade se tornasse fundamental, pois nesse processo de globalização o indivíduo precisa, além de reconhecer-se como participante de um grupo, de uma cultura, precisa reconhecer-se também como membro participante das comunidades do mundo.

Portanto, é fundamental que sejam apresentados aos alunos mostras de manifestações culturais contemporâneas reais de países onde a língua é utilizada. Além disso, o conhecimento do contexto de produção também é significativo para a sua interpretação. Em aulas de língua estrangeira, os recursos tecnológicos, como uso da internet para pesquisas, são de grande valia, pois ao navegarem na rede, os alunos estarão em contato direto com outros contextos culturais. Outro aspecto bastante relevante no trabalho com a língua estrangeira é o lugar ocupado pela leitura nas aulas. Para tanto, não só os textos oficiais, da SEED-PR e do MEC, serviram de base para que se desenvolvesse uma proposta de trabalho a partir da leitura de textos para alunos do Ensino Médio, mas também, textos teóricos de estudiosos da área que, além de discutir o conceito de texto, demonstram que a leitura vai muito além da decodificação e da materialidade do texto, que demonstram que o trabalho com a leitura deve propiciar as inferências, a intertextualidade e a reflexão.

Dentro dessa perspectiva, é fundamental o papel do texto e da leitura como pontos centrais das aulas de língua estrangeira. É a partir do texto, entendido como uma unidade de sentido, verbal ou não-verbal e juntamente com a leitura como resultado da interação entre texto, autor e leitor, que se desenvolverão as outras práticas fundamentais para a aprendizagem de uma língua: a oralidade, a escrita e também a reflexão sobre os fatos da língua.

É preciso ressaltar que o trabalho com a leitura não deve ser linear, superficial, mas que propicie ao aluno uma prática analítica e crítica, amplie seus conhecimentos lingüístico-culturais e a sua percepção das implicações sócio-históricas presentes em cada texto,

Outro fator importante com relação ao papel da leitura nas aulas é a escolha de textos a serem trabalhados, eles devem contemplar diversos gêneros discursivos, ser adequados à faixa etária dos alunos, abordar questões culturais que não apresentem uma visão monolítica de cultura e que propiciem a interdisciplinariedade, a pesquisa e a reflexão.

É certo que a leitura não é a única habilidade a ser desenvolvida nas aulas de língua estrangeira no contexto de sala de aula da educação regular, mas certamente, é a partir dela que se desenvolverão todas as outras habilidades. É o texto, seja oral, verbal ou visual que propiciará o desenvolvimento das outras habilidades. É a compreensão dos textos expressos em diferentes formas que vai permitir o crescimento da competência do aluno e fornecer-lhe subsídios para que desenvolva sua competência comunicativa (com seu conjunto de componentes lingüísticos, sociolingüísticos e pragmáticos), sua competência intercultural (que resulta da comparação, do contraste e da interação com a cultura do outro), sua compreensão oral (que permita ao aluno ultrapassar apenas o acústico e superficial e reflita sobre como, quando, por quê, para quê, por quem e para quem é dito), sua produção oral (como forma de o aluno se posicionar como falante de outra língua e experimente novas situações de enunciação do seu discurso) e sua produção escrita (para que expresse suas idéias e sua identidade como sujeito que tem algo a dizer e não como mero reproduzidor da palavra alheia). Também desempenham papel de suporte teórico neste trabalho textos que apresentam definições de cultura e que discutem o lugar da cultura no ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M.; VOLOSHINOV, V.N. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Huciter, 1992.
- BAKHTIN, M.; *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRASIL/MEC/SEB. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- CANALE, M. De la competencia comunicativa a la pedagogia del lenguaje. In: LLOBERA, M. et al. *Competencia Comunicativa – documentos básicos para la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madrid: Edelsa, 2000.
- CORACINI, M. J. F. Concepções de leitura na (pós) modernidade. In CARVALHO, R.C., LIMA, P. *Leitura: múltiplos olhares*. Campinas: Mercado das Letras, 2005, 15-43.

- CANTONI, M.G.S. *A interculturalidade no ensino de línguas estrangeiras: uma preparação para o ensino pluricultural – o caso do ensino de língua italiana*. Dissertação de mestrado, Curitiba: UFPR, 2005
- GODOI, E. ; GODOY, A. M. *Reflexões sobre a formação de professores de espanhol/ LE no contexto brasileiro*. In: Anais do Congresso Nacional de Formação de Professores, Campo Largo: Editora Faculdade Cenesista Presidente Kennedy, 2004. p,175
- GODOY, E. *La cultura en la enseñanza del español y de las literaturas hispánicas*. Anuário brasileiro de estudos hispânicos, 11, 2001.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MELO, M. H. *Leitura crítica: uma abordagem em língua estrangeira*. In: CARVALHO, R.C., LIMA, P. *Leitura: múltiplos olhares*. Campinas: Mercado das Letras, 2005, 73-96.
- PARANÁ/SEED. *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica: Línguas Estrangeiras Modernas*. Curitiba: SEED/PR, 2008.
- PICANÇO, Deise C. L. *A língua estrangeira no país dos espelhos: uma reflexão sobre o limbo metodológico*. *Educar em Revista* 2002, 20: 165-182.
- SOARES, Magda. *Linguagem e escola, uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1997.